



# 80 anos de Serviço Social no Brasil: as construções e os desafios à profissão\*

80 years of Social Work in Brazil: the buildings and challenges to the profession

JANE CRUZ PRATES\*\*



Falar em Serviço Social no tempo presente é, antes de tudo, partir do que caracteriza essa profissão na contemporaneidade, para somente depois buscar remontar o processo histórico que a constituiu. Comemoramos, em 2016, 80 anos da instituição do Serviço Social no Brasil e se hoje temos melhores condições de explicar as expressões da questão social não só pela aparência, nos valendo de uma cadeia de mediações construídas a partir de referenciais ético-políticos e teórico-metodológicos, pautados em valores que têm suas bases na garantia de direitos, no reconhecimento da diversidade, na perspectiva humano-genérica e em processos sociais emancipatórios, como a participação democrática de todos, é porque construímos a partir de rupturas, acúmulos e superações, essas bases. Isso se deve à nossa organização, às nossas lutas, ao movimento de reconceituação e também às pesquisas e produções que realizamos, em especial à nossa Pós-Graduação e ao protagonismo de alguns autores, que, com suas obras, foram verdadeiros divisores de águas no modo de conceber essa profissão.

Falar em fundamentos é dizer sobre o modo como significamos essa profissão, mas esse significado resulta da história, porém entendida não só como um conjunto articulado de fatos históricos, mas do modo como deles nos apropriamos e neles nos movimentamos, ao longo desses 80 anos. Os homens não fazem história como querem, mas a partir de condições dadas, embora a protagonizem, já dizia Marx (1993). Mas, para além dos condicionantes históricos, a análise dos fundamentos implica articular a mediação que essa categoria realizou com teoria e método em cada contexto histórico, o modo como produziu conhecimentos e materializou o seu trabalho profissional e o modo como se organizou enquanto categoria profissional; esse último eixo foi especialmente destacado por Closs (2015), em recente tese de doutorado sobre os Fundamentos do Serviço Social no Brasil, de modo inovador.

## Reconstituindo um pouco desse caminho

Essa profissão nem sempre foi entendida como trabalho, nem sempre nos reconhecemos como trabalhadores, é somente a partir das reflexões provocadas pela obra de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, em 1982, que passamos a debater a profissão a partir dessa perspectiva (IAMAMOTO;

---

\* Este editorial tomou por base conferências realizadas pela autora, por ocasião das Comemorações acerca dos 80 anos de Serviço Social no Brasil durante o 10º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais, realizado pelo CRESS - 10R na PUCRS, em Porto Alegre/RS, e comemorações similares realizadas na UNISINOS, São Leopoldo/RS e na UEM/PR em maio e junho de 2016.

\*\* **Jane Cruz Prates** é Bacharel, mestre e doutora em Serviço Social, pesquisadora produtividade do CNPq, coordenadora e professora do PPGSS e da FSS/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre – RS/Brasil. CV: <http://lattes.cnpq.br/1901733198724508>. E-mail: [jprates@pucls.br](mailto:jprates@pucls.br).

CARVALHO, 1983) que só vai ganhar maturidade muitos anos depois. Ainda por ocasião da construção das Diretrizes Curriculares, que nesse ano completam 20 anos, incorremos em erros como afirmar a existência de um único processo de trabalho realizado por essa área, e de um processo de trabalho do Serviço Social, superação essa só alcançada a partir de nova obra de Yamamoto, datada de 2007, o que mostra como é fundamental esse acúmulo temporal, esse processo de resignificação para o aprimoramento dos processos e do conhecimento.

O próprio reconhecimento das expressões da questão social, como matéria-prima e objeto de trabalho do assistente social, é fruto desse amadurecimento, porque, numa perspectiva reducionista, o objeto se limitava a problemas sociais, como se não fosse fundamental articular seus múltiplos condicionantes e identificar seu contraponto, as potencialidades e, ressaltando-se, questão social, embora expresse desigualdades, expressa também resistências.

Nem sempre fomos uma categoria organizada, esse processo teve início a partir dos Seminários do CBCISS, em 1965, dando origem ao Movimento de Reconceituação, mas teve como marco o CBAS da Virada, em 1979, até então, segundo Silva (2007), desde a era Vargas “tivemos uma organização política incipiente e inoperante, estando fortemente vinculada às classes dominantes” (SILVA, 2007, p.268). Nem sempre tivemos diretrizes para orientar nossa formação e nosso trabalho profissional, direcionadas por um projeto político claro; nem sempre tivemos um código de ética orientado por valores emancipatórios, comprometido com a democracia e com o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos como o que temos hoje. O Código de 1947 era extremamente conservador, com forte orientação da igreja; tivemos, posteriormente, os códigos de 1965, 1975, e mesmo o Código de 1986, que antecedeu o atual, ainda mantinha um caráter nitidamente conservador que norteava a ética da neutralidade (CFESS, 2012; CARVALHO NETO, 2013). O Serviço Social nem sempre foi uma profissão regulamentada, com definição de suas atribuições e competências articuladas com esses valores. A primeira regulamentação da profissão ocorreu no Brasil em 1957 e só foi alterada em 1993. Esses são, portanto, avanços históricos, um conjunto de elementos articulados que foram se transformando, reiterados a partir do acúmulo da categoria, de suas vivências e lutas, de sua organização e de suas relações com a sociedade.

É importante termos a clareza da importância dessas conquistas e do quanto são caras para todos e todas nós, cientes de que em muitos países elas não existem ou são ainda muito recentes e incipientes. Ademais, é fundamental termos consciência de que direitos não são conquistas definitivas, é preciso lutar pela sua manutenção, especialmente em tempos de flagrantes retrocessos como os que vivemos na atualidade.

Contudo, é sempre bom lembrar que durante a década de 1990, após a promulgação da Constituição de 1988, mas em pleno desenvolvimento das políticas de recorte neoliberal no Brasil, o Serviço Social logrou um momento especial de avanços na área aprovando o novo Código de Ética Profissional, em 1993, a Nova Lei de Regulamentação da Profissão, também em 1993, e as Diretrizes Curriculares, em 1996. Destaca-se que, na contramão de um contexto adverso, aprovamos importantes documentos pautados em amplo debate da categoria profissional, envolvendo trabalhadores e estudantes em mais de 200 oficinas nacionais e orientados por uma matriz crítica.

Durante os duros anos de ditadura não foi diferente, num contexto ainda mais adverso, a categoria dos assistentes sociais aproxima-se do marxismo, mesmo que de forma enviesada, para usar a expressão de Netto (1989), e é neste solo de repressão que inicia o movimento de ruptura e organização da categoria. Portanto, como categoria de trabalhadores e trabalhadoras, crescemos na adversidade, nossas respostas coletivas têm sido a resistência aos processos de retrocesso que tentam abortar os poucos avanços que nossa sociedade, a duras penas, tem conquistado, em que pese estarmos ainda muito distantes daquilo que almejamos.

## Um pouco do que somos no tempo presente, adversidades e desafios

Passaremos a falar um pouco de teoria marxiana, articulada à profissão, porque identificamos nas pautas da categoria os elementos centrais dessa matriz teórica que a permeia.

Constituímos, no Brasil, uma profissão que se fundamenta por referenciais teórico-metodológicos que contemplam múltiplas dimensões, porque pautam-se na totalidade concreta e na integralidade que reconhece as unidades dialéticas, a relação entre universal e particular, entre os contextos amplos e o tempo miúdo do cotidiano, todos como expressão legítima do real. Fazemos parte de um coletivo profissional que reconhece a processualidade e provisoriedade dos sujeitos e fenômenos. Queiramos ou não, gostemos ou não, somos seres finitos, sempre em movimento e os processos e estruturas sociais também o são, ou seja, somos uma profissão que reconhece a historicidade do real.

Somos uma profissão que reconhece a necessária unidade entre objetividade e subjetividade, porque sujeitos e grupos conformam sua subjetividade a partir de condições e relações objetivas, logo, essa relação não pode ser dicotomizada. Reconhecemos, do mesmo modo, a necessária complementação entre razão e sensibilidade, porque é com os sentidos que captamos o mundo, mas precisamos problematizá-lo, questioná-lo com a razão, para, negando impressões aparentes, superá-las. Reconhecemos a unidade entre quantidade e qualidade, porque, para que haja mudanças qualitativas, é preciso um acúmulo de quantidades. Identificar a possibilidade de efetivação dos saltos no planejamento é fundamental para instigar transformações.

Somos uma profissão que reconhece e valoriza a interconexão sistemática entre teoria e prática, aliás o Serviço Social se caracteriza por ser uma profissão interventiva que alimenta essa intervenção por fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos e os media por instrumentos técnico-operativos, processo este que precisa realimentar-se processualmente para aprimorar-se. E nesse processo aprimoram-se a prática e a teoria, então, embora sejamos uma profissão e não uma ciência, construímos conhecimento. E é sempre bom lembrar que, para a dialética marxiana, a prática é critério de verdade. Refere Marx, nas teses sobre Feuerbach (1993): é na prática que o homem deve mostrar a verdade, o caráter terreno do seu pensamento.

Constituímos coletivamente uma profissão que reconhece a luta de classes e o seu antagonismo histórico, que, no modo de produção capitalista, apresenta a contradição entre o avanço do crescimento da riqueza socialmente produzida e, como contraponto, a ampliação progressiva de desigualdades, ou o que Marx (1989) chamou de Lei Geral de acumulação capitalista. Conformamos uma categoria profissional que se posiciona coletivamente no sentido de estimular o fortalecimento da classe trabalhadora, em especial dos mais subjugados, discriminados, vulnerabilizados pela desigualdade, pela discriminação de raça, de gênero, de etnia, e direciona sua práxis, ou sua prática, com clareza de direção social, orientada pela perspectiva de novas formas de sociabilidade, onde seja possível a efetiva superação dessas desigualdades.

Constituímos uma profissão que, embora reconheça seus limites, em razão das condições de assalariamento e dos determinantes adversos, impostos por um capitalismo cada vez mais voraz, por condições de trabalho precárias e relações de trabalho marcadas por processos hierarquizados, ainda assim nos desafiamos “a nadar contra a maré”, a ser contra-hegemônica e não subsumir-se à lógica do empreendedorismo sem direção, do produtivismo e da tecnificação reducionista ou da entrega, sem luta, à captura da subjetividade (ALVES, 2014) imposta pelas novas “fábricas de consenso”, produtoras de colaboradores e consumidores.

Conformamos uma categoria de trabalhadores e trabalhadoras que reagem à redução de seu trabalho ao mero procedimentalismo, ao ativismo sem mediação teórica.

Algumas vezes, ou muitas vezes, somos capturados por essas lógicas, porque a cultura capitalista tem essa função ideológica, de reproduzir o já produzido para conservar-se, e nós não estamos imunes a

ela, porque somos cotidianamente cooptados pelos seus fetiches, premidos pelo sobretrabalho e pela responsabilização individualista por erros e acertos, ameaçados por avanços ou inércias de processos que são condicionados por múltiplas determinações e não só por nossas atuações profissionais, por mais competentes que sejam.

Somos cobrados, pressionados a responder por resultados sobre os quais não temos condições de dar conta de todos os determinantes, por essa razão nossa formação básica e continuada, nossa organização profissional e aquilo que defendemos enfatizam sistematicamente a necessidade de estarmos sempre vigilantes, para não cairmos nem no fatalismo, de quem não vê mais alternativas de transformação, nem no romantismo ingênuo, de achar que as políticas sociais ou uma categoria profissional pode, sozinha, revolucionar a sociedade. Nossa necessária formação permanente e organização nos instigam a fazer a autocrítica para não sucumbirmos ao instituído ou à cultura do lamento, para nos fortalecermos no coletivo, que exige de nós reflexões mais substantivas e tomadas de posição conjuntas.

No contexto atual, esses riscos se agudizam ainda mais, pois vivemos um momento grave de avanço do conservadorismo que mostra uma face repressora e limitadora da tolerância e da livre expressão da diversidade, tendendo a reduzir direitos. Na verdade, o Plano “A Ponte para o Futuro” (2016), apresentado pelo presidente interino Michel Temer, já anuncia amplo processo de privatização e redução de direitos. Prevê, por exemplo, a avaliação anual de projetos para mantê-los ou extingui-los, por um grupo de notáveis”. Em nenhum momento faz qualquer menção a qualquer forma ou instância de participação popular, em que pese o fato de a Constituição Federal ter instituído formas de participação da sociedade via fóruns, conselhos, conferências, no que tange à seguridade social. Propõe a desindexação orçamentária dos recursos para saúde e educação e decisões menos legais e mais políticas para a execução orçamentária. Significa dizer que teremos aumento das desigualdades, da pobreza, do desemprego, da violência, que vem crescendo em função da crise estrutural e, portanto, aumento da busca pelas políticas sociais, com menos recursos para estas políticas. E nós, assistentes sociais que compomos as categorias de trabalhadores que se inserem nesses espaços sócio-ocupacionais, seremos chamados provavelmente a fazer o controle da pobreza, a selecionar os mais pobres dentre os pobres, com um trabalho certamente ainda mais precário, terceirizado, tensionado. Serão, seguramente, tempos muito difíceis que só podem ser enfrentados com a unidade coletiva da categoria e do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras enquanto classe social. Soma-se a isso uma tendência à constituição de um estado penal ampliado, de movimentos sociais criminalizados, de repressão ao pensamento crítico e das formas coletivas de contestação ao instituído.

Por outro lado, talvez, diante de um contexto de agudização das dificuldades, quem sabe seja o momento de fazermos a autocrítica em relação aos processos até então encaminhados de modo ingênuo, ou que se distanciaram das forças populares, retomar o trabalho político de base, o trabalho de politização, de articulação nas comunidades, de articulação com outras categorias de trabalhadores, com as organizações da sociedade civil, nos sindicatos, nos conselhos, nas organizações de bairro, de mulheres, de juventudes, como alternativa de potencialização, para além dos espaços institucionais onde, majoritariamente, já atuamos, sem desmerecer a importância desses espaços que também precisam ser politizados. E aqui, a referência à politização significa a superação do senso comum em relação aos fatos e ao contexto econômico, político e social que condiciona as políticas públicas e as condições de sua oferta, bem como as condições de vida dos sujeitos e as opressões de classe que também se manifestam em opressões de gênero, etnia, e outras formas de expressão da diversidade.

Nossa jovem e frágil democracia sofre no momento presente um duro golpe, com graves riscos para a proteção social, que já vinha sofrendo cortes, como resultado da crise capitalista, que se estabeleceu desde 2008, mas que no Brasil os impactos começam a se fazer sentir de forma mais acentuada a partir de 2013, por conta das políticas anticíclicas implementadas por Lula e Dilma que chegaram ao seu limite (PRATES, 2014). Por essa razão, no momento atual, o Serviço Social é mais do que nunca uma profissão fundamental, porque tem essa capacidade de mediação, essa competência de articular múltiplas dimensões e áreas, porque trabalha na formulação, no planejamento e na gestão das políticas sociais, mas

também na sua execução terminal, igualmente importante. E aqui quero colocar um acento na execução terminal, porque relegada a segundo plano, por interpretações equivocadas da expressão de alguns de nossos teóricos, na medida em que o trabalho direto com o povo é de fundamental importância. Nesse momento adverso, é ainda mais importante para instigar processos sociais emancipatórios e desocultar processos sociais subalternizadores e nós precisamos de profissionais competentes nesses lugares, ocupando a representação no espaço das redes, nas práticas conselhistas, nos fóruns de assistência, de saúde, de habitação, de juventudes, de moradores de rua, para potencializar esses espaços de participação popular. Exaltamos em nosso projeto ético-político a participação popular, a reconhecendo como essencial em qualquer processo que se queira emancipatório, porque não há democracia ou cidadania sem efetiva participação de todos, já afirmava Carlos Nelson Coutinho (2000), logo precisamos de modo coerente dar materialidade a essa opção política, tratando o processo pedagógico de participação com maior centralidade no âmbito da formação e do exercício profissional.

Entendemos como **processos sociais subalternizadores** as diferentes formas de exploração, subjugação, violência, manipulação, dominação, entre outras, que violam direitos e destituem iniciativas, desmoralizam e agridem, de forma velada ou explícita, sujeitos e grupos expondo-os à condição de dependência, passividade, desmoralização; e, **como processos sociais emancipatórios** aqueles que conformam o processo pedagógico de participação e incluem iniciativas como mobilização, organização, conscientização, capacitação e gestão autônoma da vida e de processos que os sujeitos constroem e se inserem, mesmo que limitadas pelos contextos histórico-culturais e por condições de vida precárias.

### Algumas totalizações provisórias

Se reconhecemos o Serviço Social como trabalho e, portanto, nos reconhecemos como trabalhadores e trabalhadoras, antes de nos reconhecermos como assistentes sociais, temos a consciência de que somos parte da classe trabalhadora e, apesar de sermos uma jovem profissão de apenas 80 anos, porque em termos de história 80 anos é muito pouco tempo, especialmente se comparado a profissões milenares como a Medicina, a Engenharia, o Direito, a Educação, áreas com as quais trabalhamos em diferentes espaços sócio-ocupacionais, é possível constatar que construímos muito em pouco tempo, e superando ou ainda lutando contra muitas adversidades e seguido em frente.

Além das adversidades já mencionadas, queremos retomar algumas dificuldades que vimos enfrentando ao longo de nossa história. Além de termos sido criados, enquanto profissão, para atender aos interesses do capital em desenvolvimento, trazemos como marca dessa profissão a nossa particularidade de gênero, majoritariamente feminino, numa sociedade que desvaloriza a mulher; somos uma profissão com característica interventiva, numa sociedade que separa a análise da ação e relega a segundo plano a intervenção; somos uma profissão cuja maior concentração de postos de trabalho se direciona para o atendimento direto de populações que sofrem desigualdades, subalternizadas, pobres, discriminadas, que têm seus direitos violados, numa sociedade classista, machista, conservadora, patrimonialista, que valoriza a aparência, a renda, a propriedade, o *status*. Apesar de tudo isso, conseguimos ser uma profissão reconhecida e regularizada pelo Estado, de nível superior, uma realidade que não é igual nos países da América Latina e em diversos países do mundo; conseguimos o reconhecimento da CAPES e do CNPq como área de conhecimento, ainda que tardiamente somente em 2005 fomos reconhecidos como área de conhecimento pela CAPES; conseguimos o desenvolvimento de uma Pós-Graduação sólida e reconhecida internacionalmente, que alimenta simbolicamente a área com sua produção.

Somos a profissão que mais produz, em termos de teses e dissertações, no Brasil, sobre o tema da Política de Assistência Social. Nossa área, até 2012, era responsável por cerca de 80% do total da produção de teses e dissertações sobre esse tema (PRATES et al, 2012), nas suas mais variadas formas. Não é por

outra razão que não só temos o reconhecimento social de nossa *expertise* nessa área, fomos e somos chamados para planejar documentos da política, mas somos também reconhecidos pela política como a profissão imprescindível para compor as equipes básicas que a materializam. Mas não produzimos unicamente nessa área, nossa história e protagonismo em áreas como a saúde, os direitos humanos, a área sociojurídica, a previdência social, a área da habitação e, mais recentemente, a área da educação, tem recebido importantes contribuições do Serviço Social que delas também se nutre para aprimorar-se, capacitando-se para uma inserção mais qualificada nesses diversos campos profissionais. Nossa produção contemporânea também debate os fundamentos da profissão, os processos sociais emancipatórios e os subalternizadores que violam direitos, o impacto desses processos na vida dos sujeitos, grupos e sociedades, debate estado, debate gênero, violência, diversidade, gestão, planejamento, financiamento, internacionalização, ensino, avaliação, entre outros processos, movimentos, segmentos, a partir do eixo articulador de seu trabalho, que é seu objeto, quais sejam, as expressões da questão social nas mais diversas, ocultas e visíveis manifestações de desigualdades e de resistências.

Nosso objeto, portanto, é a expressão de uma contradição, a contradição entre capital e trabalho. Uma relação social, onde o capital expressa a dominação e o trabalho, a resistência.

Portanto, somos uma profissão absolutamente necessária no tempo presente, em que pesem nossas fragilidades, nossos desafios a serem superados, entre os quais a capilarização mais efetiva do que avançamos em termos de pesquisas, produção do conhecimento e de organização coletiva para o conjunto da categoria, em tempos de sobretrabalho, a luta pela materialização e defesa do nosso projeto ético-político, sempre em disputa, a luta pela manutenção de uma formação de qualidade, em tempos de universidade operacional, premida pelo produtivismo, a luta pelos direitos e pela unidade da classe trabalhadora, em tempos de avanço do conservadorismo e criminalização das organizações populares e do desmonte de conquistas sociais no Brasil, na América Latina e no mundo.

Por fim, para encerrar essas reflexões, valemo-nos de uma citação de Marilda Iamamoto que destaca a rebeldia e esperança histórica dos assistentes sociais, extremamente necessárias no tempo presente. Diz a autora:

Na América Latina, os assistentes sociais há muito acenaram a bandeira da esperança – essa rebeldia que rejeita o conformismo e a derrota – contradizendo a cultura da indiferença, do medo e da resignação que conduz à naturalização das desigualdades sociais, da violência, de preconceitos de gênero, raça e etnia. E conseguiram manter viva a capacidade de indignação ante o desrespeito aos direitos humanos e sociais de homens e mulheres, crianças, jovens e idosos das classes subalternas com os quais trabalhamos cotidianamente (IAMAMOTO, 2004, p 6).

Para concluir, gostaríamos de mais uma vez acenar com a bandeira da esperança, apesar dos tempos adversos, certa de que continuaremos organizados, com nossa rebeldia, não perdendo nunca a crença na possibilidade humana de superação. Resta-nos, por fim, antes de introduzir os eixos da revista *Textos & Contextos* (Porto Alegre) n. 1, v. 15, saudar colegas assistentes sociais e estudantes pelos 80 anos de Serviço Social no Brasil.

A Revista, nesta edição, apresenta 15 artigos, subdivididos em 5 eixos articuladores, caracterizados por análises teóricas e resultados de pesquisas, oriundos de 7 diferentes Estados brasileiros e contempla duas produções estrangeiras advindas da Argentina e de Portugal.

**O primeiro eixo – Serviço Social: ética, ensino e trabalho** – é composto por três artigos. Abrindo a Revista, apresenta-se o instigante artigo do professor argentino Norberto Alayón, intitulado *Desafios para el Trabajo Social en América Latina*, fruto de aula inaugural realizada de modo integrado entre o Programa de Pós-Graduação e o Curso de Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da PUCRS, em março do corrente ano, como parte das comemorações pelos 80 anos do Serviço Social no Brasil, que

problematizou os grandes desafios do Serviço Social na América Latina para os próximos anos, num momento em que os assistentes sociais se encontram diante de um verdadeiro “tsunami de darwinismo social”, para usar a expressão empregada pelo autor. O segundo artigo, apresentado logo a seguir, *Expressões do conservadorismo nos Códigos de Ética dos assistentes sociais de 1947 e 1965*, aborda as expressões do pensamento conservador na descrição de princípios fundamentais e de deveres profissionais dos assistentes sociais, presentes nos dois primeiros Códigos de Ética dos assistentes sociais vigentes no Brasil, a partir de pesquisa bibliográfica e análise documental. Finalizando o primeiro eixo, apresenta-se o artigo intitulado *Ensino a Distância e Serviço Social: desqualificação profissional e ameaças contemporâneas*, que problematiza as consequências da expansão progressiva do ensino a distância para a formação profissional crítica, preconizada nas Diretrizes Curriculares e no Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, situando esta expansão no bojo de um processo de contrarreforma do Estado e da educação superior, e apresenta os rebatimentos para a formação e o exercício profissional do assistente social.

**O segundo eixo – Experimentos, lutas e proteção social** – é também composto por três artigos. O primeiro intitula-se *O movimento da nova reconstrução rural e alguns experimentos sociais na China contemporânea*. Resultado de densa pesquisa realizada sobre a China, o artigo toma por base observações diretas, notas de campo e análises documentais de matérias publicadas pela imprensa para analisar o movimento da “Nova Reconstrução Rural na China” e de algumas comunidades que mantêm o legado das experiências de socialismo construído no período das Comunas Populares. Aborda as possíveis dificuldades que terão essas experiências originais, em razão das deliberações oriundas do Décimo Oitavo Comitê Central do Partido Comunista da China e os possíveis impactos nas relações campo-cidade e nas migrações internas. Logo a seguir, apresenta-se o artigo *Produção de conhecimento no serviço social sobre as lutas e proteção social à velhice dos trabalhadores*, fruto de pesquisa teórico-bibliográfica sobre as perspectivas teórico-metodológicas de abordagem da velhice, que aporta reflexões acerca das lutas sociais e da proteção social ao segmento idoso, a partir da produção de conhecimento do Serviço Social. E finalizando o segundo eixo, o leitor encontrará o artigo *Desafios para Proteção Social Especial: a ambiência da violação de direitos na Política Nacional de Assistência Social*, produção que debate o lugar da PSE no SUAS e a ambiência da violação de direitos e riscos na PNAS a partir da Proteção Especial e as novas exigências postas aos trabalhadores numa unidade especializada.

**O Eixo 3 – Saúde e Trabalho** – é conformado por quatro artigos, assim distribuídos: O primeiro, intitulado *As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais*, resulta de uma pesquisa qualitativa realizada a partir de entrevistas com assistentes sociais, discute sobre trabalho e adoecimento no Serviço Social, tendo como eixo norteador o contexto da crise contemporânea do capital e as novas formas de precarização e intensificação do trabalho, buscando desocultar “os significados atribuídos pelos sujeitos às suas práticas, no espaço em que projetam e constroem suas vidas e suas relações”. O segundo – *Valorização de professores por meio da Arteterapia* – versa sobre a saúde do trabalhador e aborda os resultados de uma pesquisa que avaliou a utilização da arteterapia para a melhoria da saúde de professores municipais. O terceiro – *Origem e relação do trabalho com o ser humano e as limitações do trabalho na prisão* – debate o lugar que o trabalho ocupa na vida do homem, e, mais especificamente, na vida de pessoas que passaram pelo sistema prisional, considerando que o trabalho exercido pelos sujeitos conforma parte significativa de sua identidade, e aborda a realização do trabalho no sistema prisional bem como os entraves para a sua efetivação. Por fim, o quarto artigo que compõe este eixo – *Dimensões Constitutivas de Tecnologias Sociais no Campo da Saúde: uma proposta de construção e apropriação de conhecimento em territórios vulneráveis* – versa sobre tecnologias sociais no campo da saúde coletiva, articulando essa concepção aos determinantes sociais em saúde. Para tanto, problematiza a heterogeneidade de demandas geradas sobre o sistema de saúde pelos variados contextos culturais, ambientais e socioeconômicos, o que exige a construção e investigação de processos, de práticas e fluxos de comunicação e informação entre atores e territórios, dimensões específicas do que é considerado tecnologia social em saúde – TSS.

**O Eixo 4 – Direitos humanos e direito à informação** – articula três artigos. O primeiro, intitulado *Uma promessa civilizatória perversa: as políticas públicas e juventudes na era neodesenvolvimentista*, aborda, a partir de uma recuperação histórica, a constituição das juventudes como sujeito de direitos, considerando a implementação das políticas públicas para esse segmento no Brasil e analisa os programas e projetos governamentais voltados para os jovens brasileiros, desmistificando o discurso fetichizado que reduz a perspectiva da garantia de direitos à qualificação do jovem para o mundo do trabalho. O segundo artigo apresentado no eixo 4, cujo título é *Análise da efetividade da Lei Maria da Penha e dos Conselhos Municipais da Mulher no combate à violência*, apresenta resultados de estudo que avalia a efetividade da Lei Maria da Penha na redução do estupro e tentativa de estupro, no período de 2005 a 2013, e a influência dos Conselhos Municipais da Mulher na redução dos casos de violência contra a mulher, entre os anos de 2009 e 2013. O terceiro e último artigo que compõe esse eixo – *Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e o acesso à informação* – tem como *locus* o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Espírito Santo. Fruto de pesquisa documental e empírica, o artigo aborda a gestão e qualidade da informação entre a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos e o Conselho de Direitos, para avaliação da efetividade do controle social e o cumprimento dos princípios internacionais e constitucionais de acesso à informação pública.

**O Eixo 5 – Formação e supervisão profissional** – é composto por dois artigos, sendo que o primeiro, *A metodologia da construção do caso na cidade: um saber para além dos protocolos e seus efeitos no trabalho da assistência social*, apresenta a metodologia utilizada em um processo de extensão para a formação interdisciplinar de novos técnicos ingressantes, recém-admitidos em concurso público, em âmbito municipal na área da Assistência Social, fruto de parceria entre Universidade e poder local, a partir da articulação entre a psicanálise e o marxismo que privilegiou o saber dos profissionais e dos usuários na elaboração de saídas e propostas. E fechando a Revista apresenta-se um relato de experiências intitulado *Supervisão Profissional em Serviço Social: uma experiência de supervisão que explicita o processo de supervisão profissional*, realizado por docentes de uma Universidade portuguesa a assistentes sociais responsáveis pela coordenação de serviços domiciliares para atendimento a pessoas idosas, de uma organização sem fins lucrativos da cidade de Lisboa.

Desejamos a todos e a todas uma ótima leitura.

A Editora  
Porto Alegre, inverno de 2016.

## Referências

- ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014.
- BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. 10.ed. Revista e atualizada. Brasília, 2012. Disponível em: [http://cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf).
- CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do serviço social**: um estudo a partir da produção da área. Tese (Doutorado em Serviço Social). Porto Alegre. PUCRS, 2015. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/7533>.
- COUTINHO, Carlos N. Notas sobre cidadania e modernidade. In: \_\_\_\_\_. **Contra a corrente** – ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.
- IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1983.
- IAMAMOTO, Marilda. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.
- IAMAMOTO, Marilda. V. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo**. Trajetórias e desafios. Texto básico da Conferência Inaugural. In: Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. XVIII. San José, Costa Rica, 2004. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-001.pdf>. Acesso em: maio 2016.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 9.ed São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, K. **O capital**. Livro I. 13.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. V.1.

CARVALHO NETO, Cacildo T. de. **Ética, códigos de ética profissional e o trabalho profissional do assistente social**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Franca, UNESP, 2013.

NETTO, José Paulo. O serviço social e a tradição marxista. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 30, 1989.

PRATES, Jane C. et al. As revisões curriculares na área do serviço social e o desenvolvimento de competências para inserção profissional no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Relatório de pesquisa**, Porto Alegre. PUCRS/CNPq, 2012.

PRATES, Jane C. **80 anos de serviço social brasileiro: a defesa de um projeto profissional sob bases emancipatórias**. Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais – EGAS, 10, Conferência de Abertura, Porto Alegre, PUCRS, 2016.

\_\_\_\_\_. Políticas sociais e neodesenvolvimentismo: o desafio de formar para além de procedimentalismos. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v.13, n. 1, 2014. <http://dx.doi.org/10.15448/1677-9509.2014.1.18364>.

SILVA, Maria Izabel da. A organização política do serviço social no Brasil: de “Vargas” a “Lula”. **Revista Serviço Social e Realidade**, Franca, UNESP, v. 2, n. 16, 2007. Disponível em: <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/113/143>.

TEMER, Michel. **Uma ponte para o futuro**. 2015. Disponível em: [http://PMDB.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER\\_A4-28.10.15-Online.pdf](http://PMDB.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf).